

SUBJETIVIDADE:
FERRAMENTA
PARA UM
JORNALISMO
MAIS ÍNTEGRO
E INTEGRAL

[ARTIGO]

Fabiana Moraes

Universidade Federal de Pernambuco.

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O jornalismo foi criado, desenvolvido e reproduzido em uma sociedade desigual, marcada por questões como o racismo, o classismo e o machismo. Dessa maneira, historicamente, contribuiu frequentemente para a reprodução desses fenômenos. Porém, usando o manto da objetividade, neutralidade e isenção, esse campo do conhecimento se notabilizou como lugar da verdade, da mediação confiável. Neste artigo, discutimos como esse manto, agora esgarçado, não dá conta de uma série de questões que receberam mais visibilidade nos últimos anos e tornaram possível revelar alguns dos limites dessa falsa objetividade jornalística. Propomos explorar o que chamamos de jornalismo de subjetividade como um instrumento que subverte critérios da noticiabilidade, amplia espaço para novas (ou sufocadas) representações e que pode se assumir ativista sem que haja uma recusa da apuração profunda e da checagem de dados. Entendemos, assim, a subjetividade como caminho para um jornalismo mais íntegro e integral.

Palavras-chave: Jornalismo. Subjetividade. Representações. Ativismo. Epistemologia.

Journalism was created, developed and reproduced in an unequal society, marked by issues such as racism, classism and misogyny. As such, historically, it has frequently contributed to the reproduction of these phenomena. However, using the mantle of objectivity, neutrality, and exemption, this field of knowledge has become a place of truthful, reliable mediation. In this article, we discuss how this cloak, now broken, does not account for a series of issues that have gained more visibility in recent years and have made it possible to reveal some of the limits of this false journalistic objectivity. We propose to explore what we call subjective journalism as an instrument that subverts newsworthiness criteria, widens the space for new (or suffocated) representations, and can become an activist without denying deep scrutiny and data checking. Thus, we understand subjectivity as the path to a more complete and integral journalism.

Keywords: Journalism. Subjectivity. Representations. Activism. Epistemology.

El periodismo se creó, se desarrolló y se reproduce en una sociedad desigual, marcada por cuestiones como el racismo, el clasismo y el machismo. De esta manera, históricamente contribuyó con frecuencia a la reproducción de estos fenómenos. Pero con el manto de la objetividad, neutralidad y exención, ese campo del conocimiento se notó como lugar de la verdad, de la mediación confiable. En este artículo, discutimos cómo ese manto, ahora desgarrado, no da cuenta de una serie de cuestiones que han recibido más visibilidad en los últimos años y han hecho posible revelar algunos de los límites de esa falsa objetividad periodística. Proponemos explorar lo que llamamos “periodismo de subjetividad” como un instrumento que subvierte criterios de la noticiabilidad, amplía el espacio para nuevas (o sofocadas) representaciones y que puede asumir activista sin que haya un rechazo del escrutado profundo y del chequeo de datos. Entendemos así la subjetividad como un camino hacia un periodismo más íntegro e integral.

Palabras clave: Periodismo. Subjetividad. Representaciones. Activismo. Epistemología.

Introdução

Este texto não pretende somar-se ao clássico debate sobre a impossibilidade da objetividade jornalística ou tratar a subjetividade como sua antagonista. Nosso propósito aqui é observar como a dimensão “objetiva” produziu e reproduziu quase dogmas que fragilizam o próprio jornalismo, área que tem como força a realização de uma mediação crítica sobre o mundo, sem o abraço à ideia de uma verdade única. Entendemos, sobre as primeiras questões, que importantes análises já foram (e são) realizadas: nos anos 1980, Medina (1986) alertava que o elogio uno à técnica empobrecia a relação entre a repórter e o mundo. Em 2008, Ijuim, Suijkerbuijk e Schimidth criticavam as tentativas de uma abordagem asséptica, não contaminada, realizada por um agente “isento”: “Como pode o comunicador construir narrativas se contar somente com fatores objetivos, uma razão empobrecida pela supremacia da técnica e da eficiência?” (IJUIM; SUJKERBUIJK; SCHMIDT, 2008, p. 1). Christofolletti, em um trabalho no qual analisa a questão da autoria do jornalismo, entende, recuperando Koshiyama (1985 apud CHRISTOFOLETTI, 2004), que a defesa da objetividade também nasce para ocultar interesses específicos no processo comunicacional. “Isso porque o processo jornalístico não é apenas técnico, mas também político” (CHRISTOFOLETTI, 2004, p. 88). Moretzsohn também dá conta dessa perspectiva, observando que as vozes ainda resistentes a essa crítica defendem a ideia de profissionalismo, do bom jornalismo, só possíveis com a máxima objetividade: “a questão está deslocada, porque procura argumentos técnicos para enfrentar um problema político e ético, ocultando o papel que o jornalismo desempenha na construção social

da realidade” (MORETZSOHN, 2001, p. 2). Os caminhos parecem apontar para a superação – ao menos na teoria – da ideia de um profissional vazio que apenas relata os fatos. Mas, na prática, continua valendo, principalmente para as audiências, a ideia de uma pureza que se traduz em verdade única. É, assim, simultaneamente triste e irônico quando percebemos, no Brasil devoto de informações falsas que circulam em redes sociais, a perda de credibilidade de grande parte da imprensa, que para muitos, hoje, deixou de “ser isenta” (crítica direcionada inclusive para as agências de checagem, que perseguem, vejam só, a objetividade). O exemplo máximo dessa fissura na imagem do jornalista vem do poder público institucional, quando o maior chefe de Estado do país informa através de sua conta no Twitter que é ali, e não através da imprensa, que a população deve se informar a respeito das decisões presidenciais. É um momento que merece extrema atenção, e que será retomado em um outro momento nesta pesquisa sobre jornalismo e subjetividade.

Neste artigo, nossa proposta é pensar na potência transformadora/reparadora de um jornalismo de subjetividade – um termo que, é claro, carrega um certo diabo da provocação –, ferramenta que pode ajudar a empreender movimentos urgentes no pensar e no fazer jornalísticos. O primeiro: questionar os valores-notícia, entendendo como estes sustentam, por exemplo, a manutenção das hierarquias e valores frequentemente racistas (como veremos a seguir). Segundo: o jornalismo de subjetividade como ferramenta para desestabilizar representações engessadas, estabilizadas, promovidas também pelo próprio campo noticioso. Terceiro: pensar que essa forma de jornalismo pode se aproximar de uma prática ativista sem

desqualificar esse fato, entendendo que essa abordagem não é mais “contaminada” que o jornalismo cotidiano, fortemente calcado na lógica econômica e política.

A tarefa de refletir sobre a própria produção não é – ou não era – algo comum entre jornalistas, assim como entre outras produtoras e outros produtores de representação midiática. Como observou Moretzsohn (2007), o dia a dia embebido de velocidade das redações de rádio, TV, jornais e portais ensinou historicamente que jornalista “não tem tempo para pensar”. Assim, a reflexão deixou de ser matéria necessária para parecer quase um defeito de quem não privilegiava o modo industrial de fazer notícia. Mas foi justamente observando a manutenção de lugares comuns nos jornais do dia a dia que passei (pedindo licença para me colocar em primeira pessoa) em um fazer jornalístico de 20 anos em uma mesma redação, a refletir sobre a minha prática¹. A naturalização com a qual violências de diversos níveis surgiam no discurso jornalístico do qual eu fazia (e faço) parte causava espanto: pessoas assassinadas sentenciadas como culpadas por terem “provável ligação com drogas”; mulheres vítimas de machismo mortas “por ciúme”; travestis que surgiam apenas nas páginas policiais ou se prostituindo; a questão racial sendo reduzida a efemérides; o sertão como o lugar dos famintos à espera de um milagre; a pobreza enquadrada como vítima, violenta ou “a que supera adversidades”.

A subjetividade como elemento para tratar desses temas tão recorrentes no âmbito

do jornalismo passou a ser uma ferramenta importante na busca pela produção de representações mais integrais sobre pessoas e grupos. Ela traz de maneira mais ampla, profunda, as camadas de existência dentro desses ambientes. Busquei, ainda sem nomeá-la, no recorte e feita de reportagens como “A vida mambembe” (2007), “Os sertões” (2009), “Quase brancos, quase negros” (2010) e “O nascimento de Joicy” (2011), entre outras. Foi a partir de uma reflexão mais densa sobre a última que iniciei o desenvolvimento, em 2015, do que nomeio como jornalismo de subjetividade, termo nascido não para fazer uma oposição ao objetivo, mas sim uma como forma de demarcar a importância do subjetivo, historicamente rechaçado no campo noticioso. Essa negação da subjetividade não é algo que compete especificamente ao jornalismo, mas sim a um discurso maior, que modaliza a ciência, as relações sociais, o conhecimento – e também está relacionado ao gênero, como pontua Silva (2014) ao analisar o modo de produção masculina de notícias. Tem base, em resumo, em nosso projeto de racionalidade. Um trabalho da artista e teórica portuguesa Grada Kilomba é uma boa síntese dessa questão: nele, ela coloca de maneira poderosa as relações de poder estabelecidas entre os discursos, os autorizados percebidos como os lugares da razão; os não autorizados como os das prováveis distorções:

Comentários e avisos parecem-me
[aprisionar-me
em uma velha ordem colonial
Inadvertidamente, dizem-me
o que conta como a verdade
e em quem acreditar
lembrando-me de uma estranha
[dicotomia:
o que eles falam é científico
quando nós falamos, é não científico.

¹ Durante 20 anos, fui repórter, colunista e editora-assistente no *Jornal do Commercio*, de Recife.

posições é saudável a essa forma de produção de conhecimento. Mas ela necessariamente supera a questão? “Ouvir os dois lados” ou “vários lados” basta? Essa prática significa uma escuta mais integral da sociedade? Quem são os agentes ouvidos e como eles se posicionam e são vistos socialmente? Sem que esse critério, de saída, seja repensado, o esforço parece ser limitado.

É vital afirmar que os métodos de verificação elencados no texto citado acima *não são condutas estranhas à prática de um jornalismo de subjetividade*, e a metodologia aplicada na realização das reportagens aqui citadas demonstra isso, conforme veremos no caso de *O nascimento de Joicy* (MORAES, 2015). Além disso, um dos procedimentos recomendados no artigo, “buscar não tomar partido”, nos chama especialmente atenção: ele será analisado logo mais, quando tratarmos sobre subjetividade, jornalismo e ativismo. A subjetividade sobre a qual falo não repousa apenas na questão da emoção, é importante também na feitura de tantas reportagens (e não estamos falando de seu uso sensacionalista). A emoção – aquilo que surge nos encontros observados por Medina (1986) – não desqualifica nem torna menos crível a narrativa jornalística. Caso assumíssemos isso, como pensar no rigoroso e tocante relato-reportagem que Eliane Brum (2008) realiza depois de acompanhar, para a revista *Época*, em 2008, os últimos 115 dias de vida da merendeira Ailce de Oliveira Souza?

A subjetividade a qual nos referimos nesse jornalismo que busca ser mais integral se situa em critérios também objetivos: na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais, grupais; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante (em nosso caso, a brasileira,

fraturada pelo classismo e pelo racismo); na necessidade de olhar miúdo para entender como essas questões se traduzem nas pessoas, em como são devolvidas ao mundo; na procura de fissurar representações previamente dadas (ou fatos previamente dados); finalmente, em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular.

Assim, orientar pautas, abordagens, escritas e enquadramentos com esses pressupostos não significa estar com os sentidos embotados pela emoção: ao contrário, significa estar também guiado por critérios dados no mundo sensível. Ou devemos ignorar o meio no qual vivemos e do qual extraímos nossas temáticas? A subjetividade não pode ser entendida como algo meramente interno, pessoal, do campo da vida privada – a subjetividade é também formada por um ambiente histórico dado, objetivo. Saviani (2004) aponta justamente para isso ao abordar a subjetividade em Marx: o filósofo alemão, em sua VI tese, afirma que “a essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais” (MARX, 1977 apud SAVIANI, 2004, p. 10). Escrevo com esse entendimento, escrevo sobre a subjetividade dos outros orientada também a partir da minha. Escrevo porque o subjetivo é tão necessário quanto o objetivo para a existência do propagado “bom jornalismo”, e a recusa do primeiro trouxe não só prejuízos para a prática (e teoria), mas principalmente para aqueles e aquelas que eram por este jornalismo traduzidos.

A perspectiva de um jornalismo de subjetividade começou a ser desenhada no livro *O nascimento de Joicy* (MORAES, 2015). Ali, a investigação inicial observava como

três campos de conhecimento se faziam importantes nas reportagens que a autora deste artigo tinha, até então, desenvolvido: a filosofia, a sociologia e a etnografia (questão desenvolvida no capítulo 3). Novos elementos de sustentação aqui defendidos foram trazidos desde então. É um caminho em construção. Uma questão que se coloca para o desenvolvimento da prática jornalística subjetiva está na própria forma de enquadramento da realidade: no jornalismo, aprende-se que o que deve ser levado ao conhecimento do público é o espetacular, o extraordinário. A questão é que esse é um olhar muitas vezes exotificante, aquele que busca enquadrar o outro sempre pelo que ele apresenta como “diferente”. Essa assimetria proporciona aquilo o que Hall (2016) chamou de “espetáculo do outro”, termo feliz para pensar na vasta construção e difusão de estereótipos pelo equipamento midiático. A prática subjetiva vai em busca de um modo de apreensão da realidade não respaldado no espetacular, mas que se interessa também pelo banal; não pelo insólito, mas aquilo o que é evidente; não pelo exótico, mas pelo endótico (neologismo criado por George Perec (2010) para dar conta do evidente que não se vê). Segue-se, assim, aquilo que o romancista e ensaísta francês classificou como infraordinário, um método de observação do mundo baseado naquilo que não chama atenção, naquilo que jamais, em tese, poderia ser alvo do interesse de alguém.

Estranhamente (ou não), a prática etnográfica, vital para a reportagem, é ainda pouquíssimo presente no ensino da comunicação e do jornalismo, especificamente. Esta, no entanto, também já surgiu carregada pelo espetacular. Agier (2015), ao fazer uma análise dos enquadramentos

antropológicos iniciais, aponta para um olhar imensamente exotificante e eurocêntrico por parte dos que iam a campo – geralmente escolhendo aquilo que era distante, “estranho”, aquilo que melhor podia se configurar como sendo “o outro”. Esse enquadramento também transforma aquele que é visto em agente passivo, visto que é o meu olhar o que perscruta. Enquanto observo, não me uno, mantenho uma distância segura. Mas, quando abandonamos esse lugar (essencial também na prática jornalística) que não se fecha ao encontro, abro a possibilidade de meu olhar não ser o que domina, o entendido como não contaminado, o isento. O objetivo, enfim.

É vital, aqui, também trazer a noção da visibilidade e de visibilidade distorcida trabalhadas por Brighenti (2007) enquanto categoria para as ciências sociais, como lugar de hierarquizações. Para o autor, visibilidade é uma propriedade que pode ser usada para dividir as pessoas. Nesse sentido, trazer focos de luz para grupos pouco ou mal representados também é importante não como “temas” em si, mas justamente pelo fato de, nas relações assimétricas midiáticas, estes ocuparem um lugar de desvantagem.

A visibilidade homogeneiza as representações. Na ausência de mensagens dissonantes, as representações tendem a normatizar-se e estabilizar-se. É por isso que o acesso aos lugares de visibilidade é uma questão política central. Adentrar estes lugares é a condição prévia para se ter uma voz na produção de representações. Mais precisamente, não é simplesmente “acesso” o que importa, mas sim os estilos e modos de acesso (Ibidem, p. 333, tradução minha).

Afinal, para que serve esse jornalismo?

1. Para repensar critérios noticiosos excludentes

No campo do jornalismo, o estudo do valor-notícia tem grande destaque, com contribuições riquíssimas de autoras e autores que percebem seus critérios mutantes. Nessas análises, estão imbricadas, em abordagens diversas, tanto a dimensão estruturante daquilo o que permite que algo seja ou não noticiável (economia, política, organizações jornalísticas etc.) quanto a dimensão cultural e ainda subjetiva (valores dos próprios jornalistas, rotinas das redações, questões locais etc.). A noticiabilidade, segundo Wolf (2003) é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirir a existência pública de notícia. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é “excluído”, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional. Entendemos que a heterogeneidade que hoje caracteriza o jornalismo torna cada vez mais problemática a separação entre o que pode ou não ser noticiável. No entanto, apesar dessa maneira relativamente aleatória que o jornalismo das redações (que ainda, contraditoriamente, se baseia na objetividade para defender seu produto) utiliza para conferir existência pública aos fatos, existem diversas características que tornam um acontecimento mais ou menos propenso a ser noticiável.

A hierarquia das pessoas e os lugares implicados são dois pontos que se repetem entre vários autores (e, fortemente, nas

redações). Essa regularidade de critérios, inclusive, é uma das bases para os processos de automação da notícia, quando, por meio da inteligência artificial (IA), robôs-jornalistas têm conseguido desenvolver o *lead*, informando satisfatoriamente o público interessado em uma leitura tradicional e rápida sobre um determinado assunto. O desafio da IA, atualmente, é fazer com que os robôs avancem na progressão textual estruturando notícias com título, *lead* e complemento do texto (MORAES; GOUVEIA, 2018).

A questão geográfica (tanto relativa à proximidade do acontecimento de seus potenciais leitores quanto a um destaque dos países mais ricos sobre os mais pobres) e principalmente a notoriedade (e/ou riqueza) dos envolvidos se repetem como critérios poderosos de noticiabilidade entre vários autores e autoras. Martini (2000) elenca a magnitude pela quantidade de pessoas ou lugares implicados e a alta posição dos personagens; Wolf (2001) também cita o grau e nível hierárquico dos envolvidos como fatores determinantes; Galtung e Ruge (1965 apud OLIVEIRA, 2008) entendem que, quanto mais o acontecimento disser respeito a pessoas e países de elites, mais provavelmente se transformará em notícia. Em sua análise sobre valores-notícia e valores-convergentes, modelo entendido pelo autor como importante para selecionar e inserir temas sociais na mídia, Oliveira (2008) sublinha que, já no século XVII, Peucer observava que o poder e a notoriedade (“o nascimento e a morte de príncipes”) eram critérios fundamentais para que algo fosse ou não levado aos ouvidos do público.

Duas questões se colocam aí: é claro que figuras proeminentes – reis, presidentes, representantes de países, artistas

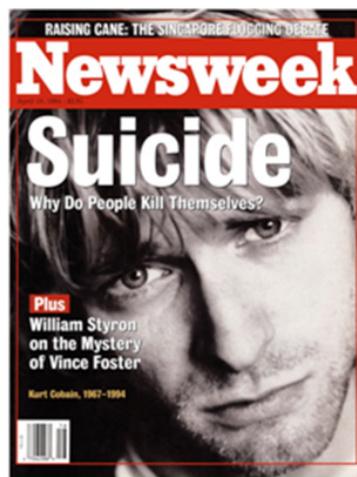
etc. – possuem alto valor de noticiabilidade seja pelo fato de estarem à frente de importantes decisões que dizem respeito a uma grande quantidade de pessoas quanto pelo nível de popularidade, de celebridade. Também é importante colocar que não é apenas de lugares e rostos proeminentes (e ricos ou poderosos) que se ocupa o jornalismo: a pobreza é um assunto rotineiro na imprensa. O ponto central é como essa pobreza é enquadrada. É aqui que o jornalismo de subjetividade nos é útil como ferramenta, ao empregar uma abordagem não espetacularizada sobre tais grupos; ao procurar trazê-los sem enquadrá-los como exóticos, engraçados, vítimas ou violentos; ao não tornar repórteres como heróis e/ou heroínas, salvadores, enquanto essa pobreza é figurante.

Há ainda outro ponto que esse modo de jornalismo, cutuca: se um dos critérios técnicos noticiosos mais comuns entre os autores e autoras nos fala que a magnitude e número de pessoas envolvidas vale para transformar algo em notícia, o que aconteceu com a imprensa norte-americana (que nos serviu historicamente de modelo) quando só resolveu noticiar robustamente o massacre de povos africanos (hutus e tutsis) nos anos 1990 após mais de 100 dias de conflito e quase um milhão de mortos? O *Projeto Ruanda*, do artista chileno Alfredo Jaar², mostra com desconcertante clareza como esses valores-notícia seletivos operaram. Durante 17 semanas, ele catalogou as capas da revista semanal *Newsweek* naquele período (1994): traziam celebridades, reportagens sobre drogas, tecnologia, mercado financeiro. Enquanto vai

exibindo estas capas em série, Jaar mostra, em um pequeno texto sob elas, os números crescentes de pessoas mortas em um dos mais violentos episódios da história recente da humanidade (na capa da qual vemos o cantor e compositor Kurt Cobain, que cometera suicídio naquela semana, somos informados através do texto de Jaar que, apenas em Kigali, capital de Ruanda, o número de pessoas mortas em 5 dias de conflito era de 25 mil). Onde estava a objetividade jornalística ocidental enquanto aquelas milhares de pessoas jaziam nas ruas? Por que aqueles corpos não escandalizaram, desde o começo do massacre, a opinião pública? Porque eram negros? Porque eram “anônimos”? Porque era África? Podemos voltar aqui a pensar no que Grada Kilomba (2016) nos fala sobre que vozes merecem ou não ser ouvidas. A hierarquia de lugares e pessoas venceu a magnitude e o número de envolvidos porque quem morre – e onde morre – são questões mais valorizadas pelo jornalismo e sua objetividade excludente.

[FIGURA 1]

Texto de Alfredo Jaar: “**April 12, 1994:** The interim Rwandan government flees Kigali for the town of Gitarama. Relief officials estimate that as many as 25,000 people have been killed in Kigali alone in the first five days of violence.”



² Imagens e textos retirados do *Rwanda Project*, de Alfredo Jaar, organizado em 1994. Disponível em: <https://bit.ly/1hkORAm>. Acesso em: 19 jul. 2019.

[FIGURA 2]

Texto de Alfredo Jaar: “**April 6, 1994:** A plane carrying the presidents of Rwanda and Burundi is shot down above Kigali, the capital of Rwanda. Their deaths spark widespread massacres, targeting Hutu moderates and the minority Tutsi population, in Kigali and throughout Rwanda. The Rwandan Patriotic Front, which had been encamped along the northern border of Rwanda, starts a new offensive.”



[FIGURA 3]

Texto de Alfredo Jaar: “**August 1, 1994:** Newsweek magazine dedicates its first cover to Rwanda.”



Jaar ainda trabalharia a relação entre imprensa e racismo (e, poderosamente, sobre objetividade jornalística) na obra *Searching for Africa in Life* (1996, figura abaixo), na qual exibe 2.500 capas do icônico semanário norte-americano encerrado no ano 2000. Entre 1936 e 1996, apenas cinco dessas capas foram dedicadas ao continente – e todas elas mostravam animais. No valor-notícia da *Life*, não havia espaço para arte, ciência, arquitetura, comportamento e temas que não tratassem sobre a vida selvagem na África. Novamente: era o “exótico” o que importava para ser noticiado.

[FIGURA 4]

Searching for Africa in Life,
Alfredo Jaar, 1996



Lima e Baccega (2004) estudaram no Brasil a construção da África bestial – e da negritude – pela imprensa tomando como recorte a disputa futebolística entre Inglaterra e Camarões. Localizam, como Kilomba e Huberman, o marco zero de nossa perspectiva do racional no branco europeu (a África

presente entre os lugares, segundo Hegel, que jamais ascenderiam à história e à consciência). Nas matérias sobre a campanha do time na copa, os jogadores eram os “leões”, “rugiam”, eram “indomáveis”. A “magia” e o “estilo moleque” do time contrastava com o futebol “burocrático”, “heroico” e “competitivo” da Inglaterra. Os aspectos técnicos, reflexivos, eram mais uma vez afastados daqueles de pele escura, enquanto sua alegria e não domesticidade eram sublinhados – termos, aliás, associados aos jogadores de futebol brasileiros, de maioria negra. Vale destacar que esse olhar também foi comum na cobertura jornalística nacional relacionada à vida e obra da pintora Maria Auxiliadora, que faleceu em 1974 (sua arte, de saída, era definida como “primitiva” e “ingênua” pela arte eurocentrada). “Empregada doméstica trocou o aspirador pelos pincéis” é um dos títulos no material reunido no catálogo referente a uma grande exposição sobre a artista realizada em 2018 no Museu de Arte de São Paulo. Em outra matéria, lemos a chamada:

Em São Paulo – e depois no Rio – uma grande retrospectiva relembra uma das maiores artistas primitivas que o Brasil já possuiu, agora de repercussão internacional. A moça, negra, alta, bonita e semianalfabeta narrou com alegria e feérico colorido a sua existência humilde e sofredora, o mundo de sonhos e realidade que a cercava (PEDROSA; OLIVA, 2018, p. 6).

A operação é a mesma: é preciso sublinhar primeiro a condição de doméstica – o espanto é que aquela mulher negra esteja com pincéis nas mãos. Também sua beleza e pouco letramento formal, sua alegria e seu colorido – a infantilização é marca recorrente desse jornalismo que parece querer celebrar quando, na verdade, estereotipa.

2. O subjetivo para desestabilizar representações de pessoas e grupos

Relacionada ao valor-notícia, mas não somente, está a imensa produção de representações pouco integrais sobre pessoas, grupos e lugares. Nessas lentes opacas e enquadramentos repletos de reduções (como vimos no caso das pessoas negras), o jornalismo, mesmo de maneira não intencional, promove a manutenção de violência de vários níveis. Entendemos que o jornalismo de subjetividade, que preza, como dito, pela semelhança, e não pela diferença (o eu, “normal”, o outro, “espetacular”), pode ser um caminho importante para fissurar essa prática estabilizada, na qual há a recusa a modos de existência não hegemônicos. Ele também proporciona a abertura para o que o campo, a rua, as complexidades que se colocam durante a investigação, podem trazer.

Foi nesse caminho que a reportagem “O nascimento de Joicy” foi realizada. Ela, uma mulher transexual do interior de Pernambuco, não se enquadrava no perfil previamente estabelecido no imaginário social: a cabeleireira não usava maquiagens, brincos, vestidos, tem também o corpo musculoso de quem trabalhou durante anos na roça. Não cabia, assim, em uma ideia de “personagem ideal”. Ignorar essa perspectiva foi fundamental para questionar os modelos do feminino construídos socialmente: Joicy passou a ser a personagem de uma investigação que durou meses e resultou na série publicada durante três dias (*Jornal do Commercio*, 10, 11 e 12 de abril de 2011). Essa decisão rendeu, mais tarde, ruídos não só entre o público, mas também no ambiente da redação, quando um editor escreveu na capa de jornal na qual Joicy

aparecia em sua casa, nua, como uma Vênus de Botticelli: “você escolheu uma bicha pobre, feia e ignorante”. A violenta frase – e uma série de cartas contrárias à presença visível de Joicy no jornal – demonstrava que, se tivesse conformado a personagem no corpo da mulher que leitores e chefes tinham previamente na cabeça, o assombro teria sido menor. A imagem da mulher construída socialmente, culturalmente, foi maculada pela reportagem, trazendo uma nova perspectiva sobre as construções do feminino. Era fissura, e não repetição de modelos, algo que, entendemos, é também obrigação de jornalismo.

Optou-se ainda por uma observação densa, participante, com ênfase no enfoque do cotidiano: foram vários dias acompanhando o movimento do salão de beleza, as consultas médicas, as conversas com vizinhos e familiares. Nessa observação, a repetição das ações, a pretensa banalidade dos fatos, traziam dados importantes: a relação contínua com o celular, este um companheiro contínuo da cabeleireira; as conversas no mercado público, com frequentadores fazendo piadas ou olhando de maneira risível quando Joicy passava. A escuta no pequeno sofá, enquanto Joicy cortava os cabelos de seus clientes também era preciosa: ali, a contínua necessidade de falar sobre o sonho que tivera com um anjo que lhe dissera seu novo nome mostrava como de certa maneira o divino era usado como moeda para sua aceitação em sua comunidade. O extraordinário mostrava sua potência. Essa abordagem foi extremamente importante para a difusão da reportagem (e, mais tarde, do livro): ao empreender uma narrativa não espetacular, Joicy foi aproximada do cotidiano dos próprios leitores e leitoras, que viam nela

desejos também seus: necessidade de amor, de conforto, companhia, respeito, cuidado.

3. O subjetivo como ativismo

Como adiantado no início deste texto, a ideia de um jornalismo “isento” em oposição a um jornalismo contaminado pelo ativismo é outra das falácias que escondem principalmente as práticas permeadas por interesses do primeiro. Aquele, que compactua com a premissa da objetividade, se coloca, como repara Christofoletti (2004, p. 92), “como um ritual estratégico que preserva o profissional de críticas à qualidade de seu trabalho, de questionamentos a sua legitimidade, de acusações de parcialidade em uma cobertura”. Assim, criou-se a ideia de que há o bom jornalismo e o “jornalismo engajado”, com o primeiro ocupando melhor posição hierárquica, o segundo devendo ser desconsiderado. Ele é feito por apaixonados demais por suas causas, o que os leva a não realizar um bom trabalho – a emoção novamente surgindo como uma erva daninha na prática jornalística. A contaminação é uma propriedade deste, não do primeiro. Mas um jornalismo que reúne informação, boa apuração, enquadramentos não viciados e temas sociais urgentes é algo para ser evitado ou buscado? Pensando a partir do resultado de trabalhos que traziam temas como racismo, feminicídio, transfobia, machismo, classismo, vi que, na prática, questões urgentes e emergentes podiam ser trabalhadas a partir de uma perspectiva ativista sem prejuízos ao “bom jornalismo” – na verdade, entendemos que, de saída, ao tentar repensar as práticas vistas na confecção de notícias e reportagens, já se realiza um ativismo em si. A escolha dos temas, das fontes e dos locais de observação, além do vital recorte das pautas, já

demonstram uma tomada de posição que pode ou desestabilizar representações reductoras ou confirmá-las. Pensando a partir de minha própria rotina produtiva, percebo que esse foi o caminho para exercer um engajamento mesmo no seio de uma grande empresa (é claro que existem tempos e gestões diversas, questões que impedem ou estimulam tais práticas; mas, ainda assim, é possível encontrar estratégias para produzir fissuras). Dessa maneira, tanto o “jornalismo comercial” quanto o “jornalismo ativista” mostravam-se uma coisa só, sem falsa dicotomia.

Retomo aqui, nesta reflexão inicial sobre o ativismo na subjetividade, um dos critérios que Melo (2007) evoca para garantir a melhor prática da intersubjetividade no jornalismo, o “não tomar partido”, algo que feriria condutas técnicas e éticas. A questão é que “tomar partido” é algo que está no DNA do jornalismo, e se isso foi um dia declarado (como nos jornais opinativos do século XIX), passou a ser encoberto justamente pelo manto da objetividade. A pureza é um mito, como já sintetizou o artista Hélio Oiticica nos anos 1960. Desde seu nascimento, o jornalismo massivo é permeado, sabe-se, por interesses econômicos, ou seja, a isenção nunca foi uma característica dessa área de conhecimento. Apesar disso, insiste-se em realizar separações absurdas entre práticas “puras” enquanto outras, ao deixarem claros os propósitos de suas produções, são menos confiáveis. Poderíamos pensar justamente o contrário: acreditar preferencialmente em quem revela-se (às vezes, de maneira discreta, na medida que as empresas de comunicação permitem) e olhar com sérias restrições quem se antepara em lugares-comuns como “apenas relatei os fatos” para esconder

interesses específicos. Uma prática ativista não significa abrir mão de ferramentas e procedimentos vitais (apuração, pesquisa, produção polifônica), mas sim empregá-los em abordagens que, bem realizadas, respeitam e potencializam aquilo que o jornalismo tem de mais poderoso: iluminar o que está sob as sombras. É vital compreender que o caminho da objetividade no jornalismo, para além dos procedimentos técnicos, *deve* ser guiado também pela percepção da sub-representação que atinge diversos grupos sociais, uma sub-representação, repito, causada também pelo jornalismo.

Nesse bojo, acusar a presença da repórter e a partir de onde ela fala também é outra estratégia subjetiva assumida nesse método, uma vez que proporciona um melhor entendimento da construção própria que o jornalismo realiza de seus personagens. Quem está filtrando aquela vida para leitoras e leitores não está apagado, ao contrário: está lá. Não se trata de dar ênfase a um testemunho, e mais acusar um processo de construção (ou seja, uma verdade entre muitas). A capacidade criativa da repórter precisa ser sublinhada, e cada encontro, único, produz o que Medina (1986) chama de interação social criadora, afinal o diálogo se dá, sobretudo no nível da sensibilidade. Como genialmente sintetizou o cientista austríaco Heinz von Foerster (apud CHRISTOFOLETTI, 2004, p. 55), “a objetividade é a ilusão de que as observações podem ser feitas sem um observador”.

Os três caminhos descritos acima estão, como vimos, conectados. Eles procuram repensar a epistemologia do jornalismo e seus modos padronizados de narrar o mundo, fortemente calcados pela ideia de uma objetividade. São caminhos que estão

sendo abertos, reflexões que ocorrem em um momento de reconfiguração do jornalismo, quando as audiências estão cada vez mais atentas ao tipo de representação criada por esse campo. Esse caminho subjetivo precisa ser discutido, debatido, adensado, é claro. Mas, nos parece, é inescapável: não é possível continuar empregando molduras anacrônicas para dar conta de uma sociedade que também se repensa. Há algo de muito errado em uma prática jornalística que não absorve os movimentos a sua volta em nome de uma “isenção”. ■

[**FABIANA MORAES**]

Professora e pesquisadora do Núcleo de Design e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Campus Agreste. Jornalista com doutorado em sociologia, é autora de cinco livros. Pesquisa pobreza, celebrificação do cotidiano, jornalismo e subjetividade.

E-mail: fabimoraes@gmail.com

Referências

AGIER, Michel. **Encontros etnográficos**: interação, contexto, comparação. São Paulo: Editora Unesp; Maceió: Edufal, 2015.

BRIGHENTI, Andrea. Visibility: a category for the social sciences. **Current Sociology**, Londres, v. 55, n. 3, p. 323-342, 2007.

BRUM, Eliane. Minha vida com Ailce. **Época**, Porto Alegre, 16 ago. 2008. Disponível em: <https://glo.bo/2JFBi63>. Acesso em: 19 jul. 2019.

BUCK-MORSS, Susan. **Hegel e o Haiti**. São Paulo: n-1, 2017.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A medida do olhar**: objetividade e autoria na reportagem. 2004. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Que emoção! Que emoção?** Lisboa: KKYM, 2015.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

IJUIM, Jorge Kanehide; SUIJKERBUIJK, Herma Aafke; SCHIMIDT, Laureane de Queiroz. Jornalismo: entre o objetivo e o subjetivo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 137-148, 2008.

KILOMBA, Grada. **O projeto desejo**: enquanto falo; enquanto escrevo; enquanto caminho. 2016. Videoinstalação. 3 vídeos (10 min). Exposta na 32ª Bienal Internacional de Arte de São Paulo.

LIMA, Solange M. Couceiro; BACCEGA, Maria Aparecida. Manipulação e construção da identidade da África negra na imprensa brasileira. In: CARRANÇA, Flávio; BORGES, Rosana da Silva (org.). **Espelho infiel**: o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. p. 75-83.

MARTINI, Stella. **Periodismo, noticia y noticiabilidad**. Buenos Aires: Norma, 2000.

MEDINA, Cremilda A. **O diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1986.

MELO, Isabelle Anchieta. A defesa de uma nova objetividade jornalística: a intersubjetividade. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, [s.l.], 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2M4miQP>. Acesso em: 20 jun. 2018.

MORAES, Fabiana; GOUVEIA, Diego. Para além do robô, a reportagem: pavimentando uma metodologia do jornalismo de subjetividade. *In*: MAIA, Marta; MARTINEZ, Monica (org.). **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas metodológicas**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2018. p. 99-114.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy**: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago, 2015.

MORETZSOHN, Sylvia. “Profissionalismo” e “objetividade”: o jornalismo na contramão da política. **Biblioteca online de Ciências da Comunicação**, [s. l.], 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2JP417m>. Acesso em: 24 jun. 2018.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**: jornalismo e cotidiano, do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

OLIVEIRA, Daniel Gonçalves de. **Jornalismo para além do valor-notícia**: o valor-convergente como modelo para selecionar e inserir temas sociais na mídia. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

PEDROSA, Adriano; OLIVA, Fernando. **Maria Auxiliadora**: vida cotidiana, pintura e resistência. São Paulo: Masp, 2018.

PEREC, Georges. **Lo infraordinário**. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO, 5., 2014, Passo Fundo. **Anais** [...]. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2001. p. 1-19. Disponível em: <https://bit.ly/2YbWtoC>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.